

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**

Julgue os itens que se seguem, relativos a princípios e convenções contábeis aplicáveis à contabilidade brasileira.

- 51 A aplicação do princípio contábil da continuidade exige a avaliação, pelos responsáveis pela gestão da entidade, de um período mínimo de um ano após o encerramento do balanço patrimonial.
- 52 Por implicar a subavaliação dos ativos e receitas e a sobrevalorização dos passivos e despesas, a convenção do conservadorismo deixou de ser aplicável.
- 53 Nas demonstrações contábeis, os ativos físicos devem ser apresentados separadamente, de acordo com sua natureza ou função, ainda que sejam imateriais.
- 54 O princípio da competência é aplicável à elaboração de todas as demonstrações contábeis, exceto à demonstração dos fluxos de caixa.

Em relação à contabilidade aplicada às entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), julgue os itens seguintes.

- 55 A apuração do resultado do plano de benefícios é imediatamente sucedida pela precificação dos recursos garantidores desse plano.
- 56 As despesas de fomento e inovação devem ser apresentadas, na demonstração do plano de gestão administrativa, em rubrica única para todos os fundos.
- 57 Os patrimônios dos planos de benefícios da EFPC não se confundem entre si nem com o patrimônio do plano de gestão administrativa.
- 58 O item 3 da demonstração de mutações do patrimônio social — acréscimos/decrécimos — deve ser evidenciado sem os efeitos relativos a operações transitórias.
- 59 A planificação contábil padrão das EFPC poderá, em situações especiais, ser ajustada por cada entidade de acordo com sua necessidade.
- 60 O regime de competência rege os registros contábeis tanto de despesas quanto de receitas, ressalvadas algumas situações especiais.

No que se refere aos principais registros de mutações patrimoniais aplicadas às EFPC, julgue os itens subsequentes.

- 61 O registro de contingências associadas aos investimentos da entidade se realiza a crédito do grupo de resultados 5.03.00.00.00.00 — constituições/reversões de contingências, em contrapartida à adequada conta patrimonial passiva.
- 62 Toda valorização de um investimento é contabilmente reconhecida por meio de débito em conta adequada do grupo patrimonial 1.02.03.00.00.00 — investimentos, em contrapartida à respectiva conta do grupo de resultados 5.01.00.00.00.00 — rendas/variações positivas.
- 63 O reconhecimento da contribuição de participante autopatrocinado pode ser efetuado diretamente contra a respectiva conta de resultado credora.
- 64 Lançamentos a crédito em rubricas do grupo 1.02.01.01.01.00.00 — gestão previdencial/recursos a receber/contribuições do mês implicam, como regra, reversão de adição ao resultado previdencial.
- 65 Um crédito em rubrica do grupo patrimonial 1.02.02.01.00.00.00 — gestão administrativa/contas a receber resulta em mutação patrimonial decrescente.
- 66 A baixa de uma perda de crédito da gestão administrativa na adequada conta patrimonial ativa é incapaz de provocar qualquer mutação patrimonial crescente ou decrescente.

Julgue os itens a seguir, referentes à reavaliação de ativos em EFPC.

- 67 Ajuste de precificação é o procedimento de reavaliação aplicável aos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.
- 68 Os bens imobilizados devem ser depreciados pelo método das cotas constantes, vedado qualquer outro procedimento.
- 69 O valor dos investimentos imobiliários pode ser reavaliado de forma positiva ou negativa, sendo o produto desse procedimento registrado contabilmente em até 180 dias da emissão do laudo de reavaliação apropriado.
- 70 As perdas prováveis em ativos financeiros devem ser contabilizadas a débito de conta de dedução/variação negativa, em contrapartida à conta redutora do grupo patrimonial correspondente.

No que concerne à consolidação de demonstrações financeiras aplicadas às entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), julgue os itens subsequentes.

- 71 A mutação do patrimônio social consolidada demonstra a variação do patrimônio social apresentado no balanço patrimonial consolidado.
- 72 Considerando-se que as tabelas a seguir ilustrem os valores, em milhares de reais, do balanço patrimonial consolidado de uma EFPC, é correto inferir que o valor da conta gestão previdencial dessa entidade é de R\$ 10 mil.

| ativo        | x1             | x0             |
|--------------|----------------|----------------|
| realizável   | R\$ 213        | R\$ 198        |
| imobilizado  | R\$ 2          | R\$ 2          |
| <b>total</b> | <b>R\$ 215</b> | <b>R\$ 200</b> |

| passivo                | x1             | x0             |
|------------------------|----------------|----------------|
| exigível operacional   | R\$ 1          | R\$ 0          |
| exigível contingencial | R\$ 10         | R\$ 10         |
| patrimônio social      | R\$ 204        | R\$ 190        |
| <b>total</b>           | <b>R\$ 215</b> | <b>R\$ 200</b> |

- 73 O balanço patrimonial consolidado das EFPC deve apresentar, de forma comparativa, os demonstrativos do exercício anterior.
- 74 As contas patrimoniais do passivo de uma EFPC representam a consolidação dos patrimônios de todos os planos de benefícios e do plano de gestão administrativa (PGA), que é demonstrado por gestão previdencial, investimento e administrativo.
- 75 No ativo, para não ocorrer duplicidade de valores, são zeradas as contas de participação no fundo administrativo e as contas a pagar de custeio administrativo pelo balancete auxiliar de operações comuns.

Acerca das transações com partes relacionadas no contexto da contabilidade societária, julgue os itens subsequentes.

- 76 O fornecimento de garantia, avais ou fianças é considerado um exemplo de transação entre partes relacionadas.
- 77 Uma entidade é considerada relacionada com a entidade que reporta a informação caso ambas estejam sob o controle conjunto (*joint venture*) de uma terceira entidade.
- 78 Para o processo de tomada de decisão, é importante a divulgação de informações sobre saldos e transações entre partes relacionadas, mas não sobre o relacionamento existente entre essas partes, que deve ser desconsiderado em tal processo.
- 79 Entre os tomadores de decisões, o credor e o acionista não controlador são usuários interessados nas informações sobre partes relacionadas.
- 80 As entidades devem excluir de suas demonstrações contábeis as divulgações que evidenciem a possibilidade de que sua posição financeira e seu resultado tenham sido afetados pela existência de relacionamentos, transações e saldos com partes relacionadas.
- 81 De acordo com os critérios do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o familiar próximo de pessoa que tenha controle pleno ou compartilhado de entidade que reporta informação não é considerado parte relacionada a essa entidade.

A respeito de provisões, passivos, contingências passivas e contingências ativas, julgue os itens a seguir.

- 82 Eventos futuros esperados podem ser particularmente importantes na mensuração de provisões de uma EFPC.
- 83 Em uma EFPC, as provisões contingenciais podem ser divididas em provisões contingenciais previdenciais e provisões contingenciais de investimento.
- 84 O uso de estimativas é parte essencial da elaboração de demonstrações contábeis de uma EFPC, sobretudo para os planos de benefícios em que o uso de estimativas representa a maior parte do passivo.
- 85 Nas EFPC, demandas judiciais, como a revisão de benefícios, podem implicar aumento do ativo atuarial.

Em relação ao plano de gestão administrativa (PGA) das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) e à planificação contábil aplicada às referidas entidades, julgue os itens que se seguem.

- 86 O balancete de cada plano de benefício de caráter previdencial deve evidenciar, em conta de passivo, a parcela equivalente à sua participação no PGA.
- 87 Por meio da planificação contábil analítica, estabeleceu-se que as contas de ativo e de passivo das EFPC devem ser segregadas nos seguintes blocos: gestão previdencial, gestão administrativa e investimentos.
- 88 Uma das fontes de custeio para a cobertura das despesas da gestão administrativa dos planos de benefícios operados pelas EFPC é a taxa de administração, definida como o percentual incidente sobre a soma das contribuições dos participantes e assistidos, das contribuições dos patrocinadores e instituidores e dos benefícios dos assistidos, cujo valor é transferido ao PGA.
- 89 As EFPC devem elaborar estudo de viabilidade econômica com vistas a demonstrar a forma como se dará o financiamento dos planos de benefícios de caráter previdencial que apresentem fundo administrativo a descoberto.
- 90 Constitui ação voltada à estrutura analítica da planificação contábil a agregação das contas do ativo nos grupamentos de contas disponível, realizável, e imobilizado e intangível.

Julgue os itens a seguir, relacionados a apuração dos fluxos de investimentos, apuração do resultado da gestão previdencial, apuração do resultado da gestão administrativa e constituição de reservas matemáticas e fundos previdenciais e administrativos.

- 91 Se, na apuração do resultado da gestão administrativa, for comprovado que as despesas apresentaram valores superiores às receitas, é permitida às EFPC a utilização de recursos dos fundos administrativos para fins de equacionamento do déficit.
- 92 As provisões matemáticas compõem o patrimônio de cobertura dos planos, devendo ser apresentadas no balanço patrimonial consolidado das EFPC no grupamento de contas denominado patrimônio social.
- 93 Os gastos com consultorias especializadas na recuperação de perdas com investimentos devem ser tratados como despesas diretas dos investimentos, com impacto negativo na apuração do fluxo de investimentos do plano.
- 94 As despesas administrativas relacionadas às atividades de cadastro, arrecadação, registro contábil e controle das contribuições não afetam a apuração do resultado da gestão previdencial.
- 95 Os aportes dos patrocinadores e instituidores devem ser desconsiderados na apuração do resultado da gestão administrativa de uma EFPC.
- 96 Os recursos que compõem os fundos administrativos constituídos com o objetivo de custear a estrutura, a operação e a manutenção das atividades de uma EFPC devem ser classificados no exigível operacional do balanço patrimonial consolidado da entidade.

No que se refere às demonstrações contábeis das EFPC, julgue os próximos itens.

- 97 Na demonstração da mutação do patrimônio social, as reversões de contingências relacionadas à gestão administrativa devem ser apresentadas como deduções do patrimônio social.
- 98 Uma informação que deve ser contemplada na demonstração de provisões técnicas (DPT) por planos de benefícios é o equilíbrio técnico, que evidencia o resultado atuarial, indicando se o plano de benefícios apresenta superávit ou déficit.
- 99 O balanço consolidado de uma EFPC é a combinação, em único relatório contábil, do patrimônio dos planos de benefícios e do PGA da entidade.
- 100 Devem ser objeto de divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis das EFPC as operações realizadas com patrocinador, com a indicação do grau de dependência de cada plano de benefícios em relação a seus respectivos patrocinadores.
- 101 O balancete do PGA é um demonstrativo contábil que se destina ao registro do patrimônio e dos resultados do plano.
- 102 Na demonstração do ativo líquido (DAL) por plano de benefícios, os saldos dos recursos dos fundos previdenciais devem ser excluídos dos saldos dos grupos de contas do ativo para fins de apuração do valor do ativo líquido.
- 103 Devem ser apresentadas como exigíveis operacionais no balanço patrimonial as reclamações que, provenientes de participantes dos planos de benefícios de caráter previdencial administrados pelas EFPC, digam respeito a valores, prazos e metodologia de cálculos dos benefícios previdenciários e que venham a ser reconhecidas contabilmente pelas referidas entidades.

Com relação à tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário, julgue os itens a seguir, à luz da Lei n.º 11.053/2004.

- 104** A opção pelo regime de tributação regressiva do imposto de renda deve ser exercida no momento de formalização do ingresso do participante no plano de benefícios.
- 105** Desde 1.º de janeiro de 2005, os participantes de planos de benefícios de caráter previdenciário estruturados na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável que não optaram pela tributação regressiva do imposto de renda estão sujeitos à alíquota fixa de 15% do tributo na fonte, em caráter definitivo.
- 106** Suponha que um participante ingressante a partir de janeiro de 2005 e optante pelo regime regressivo de tributação realize a portabilidade entre planos de benefícios de caráter previdenciário. Nesse caso, a contagem do prazo de acumulação, para fins de aplicação da regressividade do imposto de renda, será reiniciada.

A respeito das regras contábeis a serem observadas pelas entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), julgue os itens seguintes, de acordo com a Resolução PREVIC n.º 23/2023.

- 107** A contabilização da amortização do intangível e da depreciação do imobilizado depende da existência de resultado superavitário registrado no âmbito do plano de gestão administrativa (PGA).
- 108** No registro contábil das operações com derivativos, as EFPC devem registrar a diferença apurada entre o valor contábil e o respectivo valor de mercado, admitida a compensação de receitas com despesas em contratos distintos.
- 109** Nos procedimentos contábeis, as EFPC devem considerar como gestão administrativa a atividade de registro e de controle inerente à administração dos planos de benefícios de caráter previdencial e assistencial.
- 110** É vedado às EFPC receber adiantamento de contribuições de patrocinador para suportar gastos de operação no início de seu funcionamento.
- 111** No registro contábil das operações com ativos de renda fixa, as EFPC devem contabilizar a aquisição de ativos pelo valor efetivamente desembolsado, sendo o ágio ou o deságio evidenciado em controles auxiliares.

Considerando os procedimentos contábeis das EFPC previstos na Resolução CNPC n.º 37/2020, julgue os itens subsecutivos.

- 112** Admite-se a reversão das perdas de caráter permanente com títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento quando verificado motivo justificado subsequente à data do seu reconhecimento, estando essas perdas limitadas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos.
- 113** É vedada a reclassificação dos títulos públicos federais mantidos até o vencimento para a categoria títulos para negociação.
- 114** Títulos e valores mobiliários que apresentarem elevação de risco ou probabilidade de perda devem ser reclassificados para a categoria títulos para negociação.

Com base nas normas relativas aos procedimentos contábeis das EFPC previstas na Instrução PREVIC n.º 31/2020, julgue os itens a seguir.

- 115** No caso de apresentarem fundo administrativo a descoberto, isto é, saldo negativo, as EFPC devem elaborar estudo de viabilidade econômica para demonstrar a forma de financiamento do plano de benefícios.
- 116** A parcela correspondente à participação do plano de benefícios no fundo administrativo constituído com a finalidade de destinação para cobertura de gastos com prospecção, elaboração, implantação e fomento de planos de benefícios de previdência complementar deve ser registrada na conta contábil do passivo denominada participação no fundo administrativo do PGA.
- 117** Os saldos dos depósitos judiciais devem ser atualizados quando da emissão do respectivo alvará de levantamento judicial expedido em favor da EFPC, com o correspondente lançamento contábil a ser realizado em contrapartida à conta de resultado do período.

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade ITG/CFC n.º 2.001/2022, julgue os próximos itens.

- 118** As informações extracontábeis de plano de benefícios de caráter previdencial de investimentos e de passivo atuarial devem ser enviadas mensalmente, juntamente aos balancetes contábeis do período.
- 119** No âmbito das definições contábeis aplicáveis às EFPC, os dispêndios relativos a amortização de ativos e depreciações patrimoniais são qualificados como despesas administrativas, que devem ser registradas no PGA.
- 120** A demonstração do plano de gestão administrativa (DPGA) por plano de benefícios é de elaboração obrigatória e deve incluir, em sua estrutura, os itens relativos às despesas com fomento.

**Espaço livre**